

O&G Regulation International Benchmark Forum

June 10 - 11 | 2019

Promovido por



A seguir, confira a
cobertura realizada pela
epbr sobre o evento.



Patrocínio Master



Patrocínio Ouro



Patrocínio Prata



O&G Regulation International Benchmark Forum

June 10 - 11 | 2019

Brasil precisará de quatro novas refinarias

A estimativa, apresentada por Marcelo Cavalcanti, superintendente adjunto da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), é que o país precisará saltar sua capacidade de refino dos atuais 2,34 milhões de barris por dia para 3,27 milhões barris por dia em duas décadas.

O Brasil terá demanda para a construção de quatro novas refinarias até 2040. A estimativa, apresentada por Marcelo Cavalcanti, superintendente adjunto da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), é que o país precisará saltar sua capacidade de refino dos atuais 2,34 milhões de barris por dia para 3,27 milhões barris por dia em duas décadas.

"Haverá certamente demanda para a construção de novas refinarias. Isso mesmo com os projetos do segundo trem de refino do Refinaria Abreu e Lima (RNEST) e também com o projeto do Comperj", comentou ao participar do O&G Regulation International Benchmark Forum, organizado pelo IBP e a OGE, entre os dias 10 e 11 de junho.

O mercado de refino no Brasil passará certamente por mudanças nos próximos anos. Na semana passada, por maioria de votos, o Cade homologou a proposta da Petrobras para vender oito unidades de refino e encerrar o processo que apura abusos da posição dominante



da companhia no mercado. O termo de compromisso de cessação (TCC) foi assinado nesta terça, logo após o julgamento.

No mesmo dia, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, confirmou que a companhia estuda construir uma termelétrica a gás no Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). A conclusão do estudo para a

viabilidade de uma joint-venture com a CNPC, estatal chinesa, está previsto para setembro.

A CNPC é sócia da Petrobras no campo de Mero, na Bacia de Santos, e também negocia com a Petrobras a entrada nos campos de Marlim, na Bacia de Campos. Se não mantiver o projeto de refino no Comperj, haverá espaço para se adicionar mais capacidade de refino no país.

Patrocínio Master

Patrocínio Ouro

Patrocínio Prata



MATTOS FILHO >
Mattos Filho, Veiga Filho,
Marrey Jr e Quiroga Advogados

O&G Regulation International Benchmark Forum

June 10 - 11 | 2019



Gas-to-power pode ancorar produção de gás



Painel no O&G Regulation International Benchmark Forum discutiu Gás Natural e projetos de Gas to Power.
Foto: Cortesia

Os projetos de gas-to-power podem ser uma nova âncora para o desenvolvimento da produção de projetos de gás natural no país, estima Thiago Teixeira, o superintendente adjunto de Petróleo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O executivo participou da terceira edição do O&G Regulation International Benchmark Forum, organizado pelo IBP e OGE dias 10 e 11 de junho.

O superintendente da EPE mostrou que o desenvolvimento da produção de gás natural no pré-sal vai requerer infraestrutura adicional com a criação de novas rotas para

escoamento de gás natural. Alertou também os leilões de demanda de energia precisarão ser conciliados com os processos de decisão de investimentos de upstream brasileiro.

Teixeira mostrou ainda que faz sentido colocar projetos de geração de energia a partir de gás natural na base da geração no país. Citou o projeto de Marlim Azul, da Shell. A usina foi o primeiro projeto vencedor dos leilões de energia com gás do pré-sal brasileiro. A planta entrará em operação em 2022, disponibilizando ainda energia adicional a ser vendida no mercado livre.

A Eneva é pioneira do modelo no país, com o projeto de geração de energia a partir do gás onshore que é produzido na Bacia do Parnaíba, no Maranhão. Agora, a empresa vai replicar o modelo com a térmica Jaguatirica II, de 117 MW de potência, vencedora do 1º leilão para sistema isolado. O projeto vai gerar energia para Roraima a partir do gás natural produzido no campo de Azulão, na Bacia do Amazonas. O investimento no projeto é estimado em R\$ 1,8 bilhão.

Patrocínio Master

Patrocínio Ouro

Patrocínio Prata



MATTOS FILHO >
Mattos Filho, Veiga Filho,
Marrey Jr e Quiroga Advogados

O&G Regulation International Benchmark Forum

June 10 - 11 | 2019



Equinor quer colocar gás no mercado nacional

O desenvolvimento dos projetos de exploração e produção de gás natural da Equinor no Brasil devem privilegiar o abastecimento do mercado interno de energia. A avaliação é do gerente de Estratégia e Novos Negócios da empresa no país, Thiago Penna, que participou da terceira edição do O&G Regulation International Benchmark Forum, organizado pelo IBP e OGE dias 10 e 11 de junho.

A norueguesa estuda instalar um FPSO para produção de gás e condensado no área do bloco exploratório BM-C-33, onde está a descoberta de Pão de Açúcar, em águas profundas da Bacia de Campos. Os estudos iniciais da empresa apontam para uma unidade de produção com capacidade de produzir entre 16 e 20 milhões de m³/dia de gás natural, com 8 a 12 risers. O primeiro gás poderia ser produzido, a depender de outros fatores, a partir de 2026.

A Equinor estima que vai produzir entre 300 mil e 500 mil barris por dia de óleo e gás no Brasil até 2030. Atualmente, a Equinor produz da ordem de 110 mil barris/dia no Brasil, por meio da operação do campo de Peregrino, onde é dona integral do



ativo, e da parcela de 25% de Roncador, adquirida da Petrobras em 2018 – Roncador produz cerca de 200 mil barris/dia.

A empresa também está licenciando duas plataformas do tipo FPSO para produzir o petróleo e gás em Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos. A primeira unidade de produção, com capacidade para 220

mil barris por dia de petróleo e 15 milhões de m³/dia de gás natural, será a maior do país e deve entrar em operação em julho de 2024.

A segunda plataforma, que pode representar um segunda fase de desenvolvimento de Carcará, ainda está em estudo pelo consórcio liderado pela Equinor.

Patrocínio Master



Patrocínio Ouro



Patrocínio Prata



O&G Regulation International Benchmark Forum

June 10 - 11 | 2019



Extensão de contratos vão render US\$ 18 bilhões em investimentos

ANP está atualmente analisando a extensão dos prazos de produção de 56 contratos de concessão

A extensão do prazo dos contratos de concessão da "rodada zero" aprovada pela diretoria da ANP vai render investimentos da ordem de US\$ 18 bilhões. A agência já aprovou a ampliação do prazo de concessão de nove campos. Desses, seis são campos marítimos (Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Frade, Voador e Ubarana), com investimentos compromissados no Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PAT) da ordem de US\$ 15 bilhões para os próximos cinco anos.

A ANP está atualmente analisando a extensão dos prazos de produção de 56 contratos de concessão com base na resolução 2, de 2016, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Marcelo Castilho, superintendente de Desenvolvimento e Produção da ANP, mostrou durante o O&G Regulation International Benchmark Forum, organizado pelo IBP e a OGE, entre os dias 10 e 11 de junho, que estão em análise a ampliação de prazo para 12 projetos offshore e outros 44 onshore.



Revitalização de campos maduros também esteve em pauta no O&G Regulation International Benchmark Forum. Foto: Cortesia

Os primeiros campos offshore que tiveram seu contratos de concessão renovados foram Marlim e Voador, operados pela Petrobras na Bacia de Campos. Em 2016, a ANP ampliou o prazo do contrato da Rodada Zero, que terminaria em 2025, por 27 anos, dando ao operador prazo para produzir na área até 2052. A Petrobras planeja, no Campo de Marlim, descomissionar as oito unidades de produção que estão no campo atualmente e instalar dois novos FPSOs.

Dos seis campos offshore que tiveram seus contratos de concessão prorrogados, cinco são operados pela Petrobras e um pela Chevron Frade que foi adquirida pelo grupo PetroRio, sendo a PetroRio Jaguar a nova operadora do Campo de Frade, na Bacia de Campos.

Patrocínio Master

Patrocínio Ouro

Patrocínio Prata



MATTOS FILHO >
Mattos Filho, Veiga Filho,
Marrey Jr e Quiroga Advogados

O&G Regulation International Benchmark Forum

June 10 - 11 | 2019



Resolução da ANP sobre descomissionamento sai em outubro

Nova resolução da ANP deve passar por uma consulta pública após a aprovação pela diretoria colegiada

A ANP deve publicar em outubro a resolução que vai ditar todas as regras para descomissionamento de unidades offshore de produção de petróleo e gás. A informação é do superintendente de Segurança Operacional e Meio Ambiente da ANP, Marcelo Mafra, que palestrou na terceira edição do O&G Regulation International Benchmark Forum, organizado pelo IBP e OGE dias 10 e 11 de junho.

Mafra adiantou que a nova resolução da ANP deve passar por uma

consulta pública após a aprovação pela diretoria colegiada, que está prevista para acontecer no mês de julho. A consulta pública deve acontecer entre os meses de julho e agosto, com audiência pública em setembro.

O Brasil possui atualmente 64 plataformas com mais de 25 anos, sendo 19 delas instaladas na Bacia de Campos. Dez dessas unidades são fixas, sendo três plataformas com base de concreto instaladas no Nordeste do país.

“O mercado brasileiro não está preparado para esse trabalho de descomissionamento. Atualmente, não há nenhum estaleiro pronto para isso”, comentou Mafra, para um plateia formada por executivos e representantes de órgão públicos.

A ANP já aprovou até o momento o descomissionamento de seis plataformas, sendo cinco FPSOs e três plataformas fixa, instalada no campo de Cação, no offshore da Bacia do Espírito Santo. A mais recente aprovação para descomissionamento feito pela agência é o FPSO Piranema, instalada na Bacia de Sergipe-Alagoas, que a Petrobras está atualmente em desinvestimento.

Estão em análise na agência o descomissionamento de cinco plataformas, sendo três unidades semis-submersíveis (P-07, P-12, P-15 e P-33) e a plataforma fixa PARB-3, instalada no campo de Arabaiana, no offshore da Bacia Potiguar.



Painel do O&G Regulation International Benchmark Forum discutiu descomissionamento e licenciamento ambiental. Foto: Cortesia

Patrocínio Master

Patrocínio Ouro

Patrocínio Prata



MATTOS FILHO >
Mattos Filho, Veiga Filho,
Marrey Jr e Quiroga Advogados